

Ferramentas para Educação Antirracista: Desafios Docentes da Educação Infantil ao Ensino Médio

Tools for Anti-racist Education: Challenges for Teachers from Kindergarten to High School

Clodoaldo Reis Azarias¹ e Elis Maria Teixeira Palma Priotto²

1. Licenciatura Plena em Pedagogia; Bacharel Em Teologia. Doutorando em Integração Contemporânea da América Latina, pela Universidade Federal da Integração da América Latina (UNILA); Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Professor da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu, PR, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3356-6832>

2. Professora associada. Mestre em Educação (PUCPR). Dra. em Ciências (USPRP). Graduação e licenciatura em Enfermagem e Programa de Pós de graduação em Ensino (PPGEN) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu, PR, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1949-2183>
 prclodoaldoreisazarias@hotmail.com; elispriotto@gmail.com

Palavras-chave

Educação étnico-racial
 Educação infantil
 Ensino Fundamental e Médio
 Violência racial

Keywords

Ethnic-racial education
 Early childhood education
 Primary and secondary education
 Racial violence

Resumo:

O racismo preconiza a superioridade impondo discriminação e exclusão social, resultado das formulações da superioridade racial. A exclusão é resultado das formulações da tal cientificidade da supremacia racial. Em relação a condição do negro o estado brasileiro sempre se mostrou moroso, as Leis criadas em favor da população negra foram paliativas, Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei Sexagenária, Lei Áurea, todas essas, criadas no Brasil império, enquanto a Lei do Racismo é criada um século depois. A Lei específica que trata da educação, foi criada apenas em 2003, a n. Lei 10.639/03, que instituiu o currículo História da África e Cultura Afro-brasileira, no ensino fundamental 1 e ensino médio. A educação infantil não conta com ferramentas legais para ser trabalhados os conteúdos étnico-raciais. A partir do recorte da pesquisa de mestrado que tratou da discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros, na percepção dos professores, objetivando compreender a questão racial na educação fundamental e ensino médio, o presente trabalho é uma extensão para compreender a percepção dos professores na educação infantil sobre a violência racial. Optamos por uma pesquisa qualitativa, descritiva, por meio de levantamento bibliográfico. Analisamos a prática de discriminação e exclusão racial desde a primeira infância ao ensino médio, como o professor compreende e interfere a educação antirracista.

Abstract:

Racism advocates superiority by imposing discrimination and social exclusion, the result of the formulations of racial superiority. Exclusion is the result of the scientific formulations of racial supremacy. In relation to the condition of black people, the Brazilian state has always been slow to act. The laws created in favor of the black population were palliative: the Eusebio de Queiroz Law, the Free Womb Law, the Sexagenarian Law, the Golden Law, all of which were created in Empire Brazil, while the Racism Law was created a century later. The specific law that deals with education was only created in 2003, Law 10.639/03, which instituted the History of Africa and Afro-Brazilian Culture curriculum in primary and secondary education. Early childhood education does not have legal tools to work with ethnic-racial content. Based on research that dealt with discrimination and racial exclusion involving black students, in the perception of teachers, aiming to understand the racial issue in primary and secondary education, this work is an extension to understand the perception of teachers in early childhood education about racial violence. We opted for a qualitative, descriptive study, using a bibliographical survey. We analyzed the practice of racial discrimination and exclusion from early childhood to high school, how teachers understand and interfere with anti-racist education.

Artigo recebido em: 07.02.2024.
 Aprovado para publicação em:
 28.02.2024.

INTRODUÇÃO

Com recorte da pesquisa sobre a violência racial envolvendo estudantes negros, na percepção dos professores na educação fundamental e ensino médio, propomos ampliar a busca no presente trabalho e entender as práticas educacionais para a educação antirracista na pré-escola e na educação infantil.

A educação antirracista precisa estar presente em todos os níveis educacionais para que o racismo seja uma página virada na história do Brasil, para transformar o conceito da sociedade em relação à raça, criando a cultura da igualdade, a democracia é a base para a justiça social para todos, sem justiça social não há democracia plena.

É na pré-escola e na educação infantil que se lança as sementes da igualdade, nela está a base para essa ação, por ser a primeira infância o terreno fértil para a utilização de diferentes abordagens para uma educação étnico-racial. A sociedade brasileira é reconhecida como racista, e produtora da violência estrutural, e que incide e reproduz sobre crianças e adolescentes, tornando-os vulnerável no crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2001).

Para Arendt (2000), a violência social está estruturada e organizada para manter o controle social, perpetuando a segregação de grupos em detrimento de outros, e a desigualdade será visível. O conhecimento da história é importante para entender o contexto social e político, para entender as razões que produziram e reproduziram a segregação da população negra no Brasil.

As contribuições trazidas pela Lei 10.639/2003 para prevenir a violência racial, e superar a exclusão nos ambientes escolares, são importantes, no entanto, ela diz respeito aos alunos do ensino fundamental 2 e médio, enquanto a pré-escola e a educação infantil não têm dispositivos legais para auxiliar professores com conteúdo étnico-raciais. É na primeira infância que a educação é feita por meio da imitação, do lúdico, das brincadeiras, da imitação e contação de história. Neste contexto procuramos compreender a percepção dos professores na educação infantil sobre a violência racial. Optamos por uma pesquisa qualitativa, descritiva, por meio de levantamento bibliográfico, analisamos a prática educacional para superação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi pesquisa com abordagem qualitativa e objetivo descritivo. Por meio de uma pesquisa em dois colégios, um público e um particular, ouvindo 10 professores, 05 de cada colégio, questões relacionadas a violência racial na sala de aula. Foi realizado levantamento bibliográfico discriminação e exclusão e a sofre abordagens para educação infantil; procuramos analisar a prática de discriminação e exclusão racial pré-escola e na primeira infância; e compreender a como o professor pode interferir na vida adulta do indivíduo, por meio da abordagem educacional. A coleta consistiu em um conhecimento da realidade a ser interpretada por meio da busca de dados sobre os fenômenos investigados na pesquisa (TOZONI, 2009, p.66).

Para a análise dos dados optamos pela análise descritiva sendo a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, com a finalidade de interpretar os dados (SILVA, 2018). Assim, poder descrever os aspectos relevantes do conjunto de características analisada, e comparada das características entre dois ou mais conjuntos (REIS; REIS, 2002).

O PROFESSOR E AS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS NA SALA DE AULA

O lugar do negro na sociedade é de coadjuvante, um sujeito relegado ao silêncio, a invisibilidade, sem reconhecimento histórico, social e cultural (BONILHA; SOLIGO, 2015). Essa ainda é prática recorrente no Brasil, reproduzindo a história de séculos, onde o negro é estigmatizado e discriminado, sofrendo a exclusão social (MIRANDA, 2020). O racismo se manifesta de muitas formas o lugar do negro são frequentes nas páginas que retratam as mazelas sociais e policiais, no papel de algoz e/ou vítimas.

Para mudança nesta realidade, o educador precisa ver e rever seus conceitos sobre a educação étnico-racial. A educação é feita, também, a partir da visão pessoal do professor, por isso é relevante saber como cada professor compreende a questão racial, uma vez que se trata de questões compostas de debates, conceitos e preconceitos, definições que produz sentidos para os sujeitos que se posicionam como militantes das questões étnico-raciais, dentre elas, podemos citar os termos: afrodescendentes, pretos, negros, indígena e pardos (SOUZA; BRESSANIN, 2019, p. 3).

A exclusão é resultado das formulações da tal cientificidade da supremacia racial. O estado brasileiro mostrou-se moroso em relação a condição social do negro, as leis criadas em favor da população negra foram paliativas, Lei Eusébio de Queiroz, Lei n. 581, que estabeleceu medidas para a repressão ao comércio e tráfico de africanos, cuja importação já era proibida pela Lei de 7 de setembro de 1831.

Em 1871, foi sancionada a Lei n. 2.040, denominada Lei do Ventre Livre, que concede liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da data da promulgação da lei, mas os mantém sob a tutela dos seus senhores até atingirem 21 anos. Alguns anos depois, em 1885, é sancionada a Carta de Lei n. 3.270, que ficou conhecida como Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe. Por fim em 1888, foi sancionada a Lei n. 3.353, que ficou conhecida como Lei Áurea que declara extinta a escravidão no Brasil (BRASIL, 2015), todas essas leis foram criadas no Brasil império. Passados um século foi sancionada a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, a Lei do racismo, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Mais de uma centena de proposições tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal tratando de temas como preconceito racial; discriminação em função de etnia, raça ou cor; igualdade racial; sistema de cotas; crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; consciência negra e critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros; ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a grupos raciais, étnicos e religiosos; e estabelecimento de penas em que se configure condição análoga à de escravo. Debates e reflexão para a consolidação da democracia e da cidadania tão duramente conquistadas ao longo da nossa história (BRASIL, 2015, p.39).

No que se refere a educação foi a Lei n. 10.639/03, instituiu o currículo História da África e Cultura Afro-brasileira trazendo para a educação um conteúdo que inclui uma ferramenta capaz de contribuir para uma escola antirracista. A Resolução Nº 01/2004, no Artigo 1º, prescreve a obrigatoriedade de conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da Educação Brasileira, [...] na Educação Básica, sobretudo no Ensino Fundamental, haja vista que este nível constitui o alicerce estruturante do processo de formação dos estudantes nas perspectivas cognitivas, afetivas e atitudinais (NUNES, *et al.*, 2019, p.2), a Lei dá suporte para a prática docente tornando, como já mencionado, obrigatório o ensino das relações raciais.

O contexto escolar é o espaço de ensino e aprendizagem e está intimamente ligado à intencionalidade, e se torna um dos espaços determinantes para a inserção do sujeito na dinâmica da aprendizagem.

Para Schucman (2014, p. 7) não apenas raça, mas cor e cor da pele podem ser usadas no mesmo contexto carregado de ideologia e de política, podendo ser manipulados como conceitos naturais na luta antirracista. Esse entendimento a raça, como identidade ou grupo social, envolve muitas dificuldades teóricas para ser trabalhada. A começar pela distinção necessária entre, de um lado, a raça definida pelos outros, ou seja, raça-atribuída, e, de outro, raça assumida por si, ou seja, raça reivindicada politicamente (GUIMARÃES, 2016, p. 4). Na busca da compreensão, perguntamos aos professores, como compreendiam a discriminação e a exclusão envolvendo estudante negro na sala de aula. E obtivemos respostas diferentes, com professores que trabalham na mesma instituição educacional.

Uma questão crucial para compreender esse fenômeno é como cada um se vê. Por exemplo: [...] como os educadores negros e brancos pensam o próprio corpo? Como pensam e veem o corpo negro? Nesse caso, faz-se necessário uma reflexão: como os indivíduo se veem? A resposta pode ser a negação da negritude (GOMES, 2003, p. 6), ou o silenciamento do negro, como um apagamento promovido pelo racismo histórico ideologicamente constituído no país, que produz sujeitos com medo de se assumirem como negros (SOUZA; BRESSANIN, 2019, p. 11). Isso significa que não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não, no entanto, entendemos que essa confusão tende a ser prejudicial, para lidar com a questão racial em sala de aula, por não se tratar de um caso de subjetividade, de como a pessoa se identifica, preto, ou pardo, mas, de como ele é visto pelo professor.

A formação do conhecimento para uma educação antirracista começa por compreender a identidade negra, [...] como uma construção social, histórica, cultural e plural, que implica na construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2003, p. 5), nesse caso, o outro é o professor, que tem o papel de mediador, ou de uma educação para todos.

Para Gomes (2003) é grande o desafio para a sociedade construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo. Uma professora do Colégio Público, que entrevistamos, diz não gostar da palavra preto, prefere utilizar o termo pardo ou afrodescendente, fazendo parte daqueles que ainda não conseguiram superar essas questões que parecem simples. Ao tratar da temática racial, alguns professores usam de uma compreensão (consciente, ou não) deturpada de autonomia para reproduzir e produzir práticas racistas (MUNANGA, 2004).

Sobre a questão do professor como educador [...] a articulação entre educação e identidade negra vai exigir mais do que leituras, pesquisas e discursos elaborados, exigirá análises, novos posicionamentos e posturas por parte de professores (as) negros e brancos, tanto da educação básica quanto do ensino superior, e requalificará o nosso discurso sobre a escola como direito social (GOMES, 2003, p. 7). E a mudança deste paradigma, se dá por meio da formação consciente da população que precisa conhecer sua verdadeira história e sua cultura.

Professores geralmente não prestam a atenção devida a um aspecto particularmente importante da atividade de ensino a sala de aula é uma situação comunicacional os que estão ali presentes estão engajados em uma atividade na qual os sentidos culturais são transmitidos o que ocorre a partir de uma determinada lente muitos veriam esse ato de comunicação como algo marcado pelo ideal e dentro da realidade, mas estamos bem longe disso (MOREIRA, 2022 p. 185).

Outra observação importante é o fato que professores negros têm uma visão diferente do que os professores brancos, como demonstrado na entrevista com o professor do Colégio Privado, que atua há 15 anos na

rede privada. Com falas carregadas de sentimentos da vivência e pertencimento de quem já sofreu e sofre a discriminação. O professor afirma que por ser negro tem que trabalhar duas vezes mais para ser elogiado. Quando um negro tem uma conquista, vem o elogio, parabéns ao negro, o negro conseguiu. Em sua concepção não é normal na sociedade o negro ter sucesso.

A demanda aqui, postulada por esse professor vai de encontro ao anseio que se busca do sistema de ensino, onde escolas e professores, cujas reivindicações de políticas de ações afirmativas reparações reconhecimento. Moreira *et al.* (2022, p.196) diz que o professor negro e a professora negra enfrentam algumas questões específicas que também precisam ser analisadas uma delas decorre do fato de que pessoas brancas nunca são convidadas a discutir temas relacionados com a raça e racismo.

O não pertencimento pode se constituir em uma forma de violência e contribuir para o cometimento de infrações, e ou automutilação. Um depoimento de uma professora que atua no colégio Público a respeito de uma adolescente que em busca do pertencimento, a partir dos 15 anos adoeceu de tanto engolir em silêncio as palavras: macaca preta. bicho peludo, e você é muito gorda para você dançar quadrilha, a jovem desenvolveu esquizofrenia, e faz tratamento de choque. A questão social de ser ou entender o que é uma pessoa negra não se revela uma relação simples para a sociedade brasileira.

Outra pergunta feita aos professores foi se os colégios que atuam são trabalhados o currículo, História e a cultura afro-brasileira. As respostas dos professores foram afirmativas, porém nem todos fizeram comentários sobre o conteúdo da lei 10639/03, demonstrando falta de conhecimento sobre o currículo, História e a cultura afro-brasileira, e quanto aos professores que trabalham o conteúdo, referem sentirem-se isolados e sem apoio.

Acreditamos que o currículo, História e a cultura afro-brasileira quando pensado pelo legislador, tinha objetivo de promover a igualdade racial, já que [...] o final da escravidão foi perpetuado pela disseminação de teses racistas, de forma ideológica no final da escravidão, enquanto ocorria o processo de adaptação da sociedade à mudança do *status* jurídico dos negros (SEVERO, 2019, p.21).

A promulgação da Lei 10639/2003, significa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades, ele reconhece que a lei é fruto de uma luta da sociedade, pois exalta uma conquista histórica, do movimento negro.

No entanto, quanto ao currículo da Lei 10639/03 para os entrevistados, ele poderia ser mais utilizado. Uma das dificuldades que muitas escolas brasileiras têm em seu cotidiano pedagógico é trabalhar de forma interdisciplinar, uma vez que o ideário positivista, pautado na perspectiva de ver um objeto isolado sem a necessidade de colocá-lo como uma parte que se articula com um todo dialético, termina desenvolvendo um ensino de conhecimentos isolados epistemologicamente. Dessa forma, o Plano de Implementação da Lei 10.639/03 aponta para essa perspectiva de se trabalhar de forma interdisciplinar (NUNES *et al.*, 2019, p. 8).

A consciência é formada com o saber, o conhecimento libertador, e entendemos que a Lei 10.639/03, tem contribuído para recontar a história do negro no Brasil. A temática étnico-racial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, construindo projetos pedagógicos que valorizem os saberes como instrumentos construtores de processos de aprendizagem (NUNES A. *et al.*, 2019), e ainda os professores acreditam que o currículo, História e a cultura afro-brasileira são subutilizados, sendo relegado ao dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra.

Essa questão está atrelada a próxima questão que trata de outros conteúdos referentes à temática racial, o uso de materiais didáticos que retratam os aspectos étnico raciais. Perguntamos também sobre o uso de matérias didáticas que retratem as questões étnico-culturais. Para os professores o uso desses materiais didáticos

não é comum. Pode-se perceber que, na prática cotidiana dos professores, assuntos relacionados às questões étnico-culturais têm sido secundários. Com exceções, é evidenciado a ausência de materiais didáticos que abordem a temática racial, tanto no Colégio Público, como no Colégio Privado.

Efetivar a lei 10.639/03 no cotidiano das ações pedagógicas das escolas implica em debates, reflexões, que contribuem para construção de uma sociedade que entende e respeita as diversidades e combate ao racismo (LIMA, *et al.*, 2021, p. 25). No entanto, seria importante outros materiais didáticos para serem trabalhados na prevenção ao racismo.

Pode-se perceber que, na prática cotidiana dos professores, assuntos relacionados às questões étnico-culturais têm sido secundários. Com exceções, é evidenciado a ausência de materiais didáticos que abordem a temática racial, tanto no Colégio Público, como no Colégio Privado. Efetivar a lei 10.639/03 no cotidiano das ações pedagógicas das escolas implica em debates, reflexões, que contribuem para construção de uma sociedade que entende e respeita as diversidades e combate ao racismo (LIMA, *et al.*, 2021, p. 25).

No entanto, seria importante outros materiais didáticos para serem trabalhados na prevenção ao racismo, assim como há 135 anos, ignorava-se políticas públicas, aos negros, isso continua sendo reproduzido, pouco se discute ações afirmativas que combatem o sistema que reproduz a desigualdade com base no racismo (SEVERO, 2019, p. 19). Alunos negros continuam convivendo com piadas, gestos, olhares e comparações ridicularizadas ou aneddotais que não são explicitamente admitidos pelos racistas, estão ameaçados de se sentir destruídos por sua própria condição étnica (AZARIAS; PRIOTTO, 2023).

É evidente que a discriminação racial tem acontecido em sala de aula por meio de xingamentos, ditados populares e expressões racistas em relação a cor da pele e ao tipo do cabelo, ou nariz. Moreira *et al.* (2022, 131) argumentam que esse tipo de prática é visto como racismo recreativo, que representa o que alguns autores têm chamado de racismo sem racistas, o conjunto de estratégias supostamente impessoais que operam para reproduzir a discriminação, mas que não são atribuídas a pessoas ou instituições específicas.

Entendemos que quando se recorre ao humor para recrear com a cor do outro, se legitima a dominação racial, como resultado do habitus, que segundo Pierre Bourdieu, foi construído historicamente ao longo do tempo no meio das diferentes comunidades humanas, tornando-se um elemento naturalizado na vivência. Nada é mais distante e intolerável do que as pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no espaço físico (BOURDIEU, 2013, p. 7).

OS DESAFIOS DO PROFESSOR NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA SALA DE AULA

O ambiente escolar é o ambiente para o desenvolvimento humano, pelo fato de ser no chão da escola que se dá o processo do saber formal. Qual deve ser a atitude de um professor frente uma atitude racista? Uma professora entrevistada do Colégio Privado, já presenciou várias vezes, situações em que entendeu como sendo racista, e sempre que acontece interrompe a aula e conversa com a turma, buscando desenvolver a empatia na turma. Essa sensibilidade pode contribuir para que situações como as relatadas no ambiente da escola, não sejam corriqueiras como são as ações de discriminações e exclusões, frutos do racismo estrutural.

Embora existam os desafios, os professores não podem se negar a promover uma educação antirracista, que contempla, respeita e valoriza a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígenas, buscando desconstruir concepções preconceituosas e discriminatórias acerca das diferenças e das diversidades (LIMA *et al.*, 2021, p. 10). É de fundamental importância a presença de professores mais sensíveis à temática racial, como mediadores das práticas curriculares cotidianas para que estas se concretizem de maneira mais linear e/

ou frequente (OLIVEIRA; COSTA, 2003). No caso da população negra há especificidade, para que as relações sociais estejam para evitar o discriminar.

Essas questões estão todas ligadas à capacidade dos professores, [...] criar um ambiente pedagógico inclusivo passa, por exemplo, por cuidar das imagens nos corredores, por reler narrativas históricas, por criar um conjunto de premissas igualitárias de relações sociais e interpessoais, não sendo possível prescindir de ações efetivas (SESC, 2019, p.135). A capacidade aqui está relacionada à formação, não só a formação acadêmica, mas também a formação acadêmica.

A partir dos anos de 1980 os caminhos da educação foram traçados conforme as necessidades sociais que pediam o domínio de novas tecnologias especialmente pelo professor, que era o responsável pela transmissão dos conhecimentos (FERREIRA, 2008, p. 82). Essas mudanças tinham como intenção o melhor preparo dos educadores, já que as inovações estavam surgindo e quem tem a premissa de ensinar precisam de conhecimento especializado. Foi, porém na década de 1990 que os debates acerca da importância de uma boa formação de educador tomar um curso à medida que os debates vi giram se as propostas de reformulação os custos normais em nível médio e das licenciaturas e de redirecionamento dos cursos de pedagogia (FERREIRA, 2008, p. 82).

Se desde os anos 1990, há a preocupação com a formação dos professores, para os temas transversais, será que essa formação foi alcançada? Nossos entrevistados se veem preparados, no entanto, as respostas foram divergentes, destaque para a resposta de uma professora do Colégio da rede Pública, que em seu entendimento não estão todos preparados, no entanto houve mudanças positivas, já que antes não havia nada.

Espera então dos professores a intenção no fazer pedagógico cotidiano que ele desenvolva junto aos estudantes uma visão educacional de futuros cidadãos capacitados para a reconstrução do mundo em bases igualitárias. O racismo é percebido pelos professores brancos e por professores pardos, porém sentido por pessoas negras. Aqui trazemos um depoimento de um professor negro, segue depoimento de um professor negro que trabalha no Colégio da rede privada,

[...] por exemplo, a minha professora em mil novecentos e noventa e oito, quarta feira eu cheguei na escola minha professora me disse que eu nunca iria fazer uma faculdade porque você é negro, eu falei que isso professora? Ela era professora de história. Quando eu cheguei na faculdade, o meu sonho era fazer psicologia, meu sonho era fazer psicologia quando eu cheguei na faculdade tinha psicologia e história. Eu falei vou fazer história. Olha o que eu fiz, eu deixei o meu sonho, para conseguir, eu entrei no curso que ela era professora, eu quando fiz história, eu tive o prazer, posso estar errado, mas fui dar aula no colégio que ela trabalhava, e tive o privilégio de chamar ela de colega.

Moreira *et al.* (2022, p. 126) trata vê fatos como estes, como dimensão estrutural do racismo que afeta todas as esferas da vida, isso ocorre em função da natureza coletiva do racismo uma vez que as instituições sociais seguem uma lógica excludente. Como dissemos, as respostas apresentadas pelos professores nessa questão, são carregadas de subjetividade por tratar da visão de mundo de cada um.

Os professores demonstraram, perceber a existência do racismo, e alguma forma de exclusão e a discriminação, porém, as ações disponíveis, e utilizadas, parecem ser insuficientes, não eficazes para inibir ou prevenir a violência racial. Os professores da rede pública e rede privada, tem a mesma compreensão das práticas racistas no ambiente escolar e já presenciaram e interferiram para inibir o que entenderam como violência envolvendo estudante negro.

Concordamos com Oliveira e Costa (2003, p.7), que considera que a escola tenha mantido as questões raciais secundárias em suas práticas pedagógicas, como é o caso do currículo História e Cultura Afro-brasileira, que são utilizados nas disciplinas de Artes e Literatura e História, é possível dizer que há utilização dele, embora a subjetividade de temas transversais são desafiadores para a comunidade escolar.

Cabe salientar ainda que percebemos similaridades e divergências nas respostas dos professores do Colégio Público e do colégio privado. Por exemplo, no Colégio Público os professores precisam trabalhar as questões do racismo com mais frequência, e os incidentes são também mais frequentes. Porém essas questões raciais são tratadas restritas a/ou na sala de aula, com a interferência do professor. Os trabalhos e as atividades sobre as questões étnico raciais são tratados no mês de novembro, por ocasião do Dia da Consciência Negra dia 20, em algumas disciplinas.

As disciplinas que trabalham o currículo, são limitadas e depende muito do professor e sua relação com a causa do combate ao preconceito racial. Tais comentários obtidos dos professores entrevistados corroboram com autores que compreendem que a proposta e a análise sobre visões a respeito da temática, reflete o ponto de vista do professor. O que pensam e como veem a questão da diversidade e a violência racial na escola (FERREIRA, 2008, p. 85).

Partindo dessa premissa e indagações, faz-nos pensar sobre a formação e atuação dos professores sobre a questão da violência racial, quais são as representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental? (SANTOS, 2009, p. 20). Essa pergunta é legítima, pois a visão e ou, compreensão do mundo do professor vai influenciar na práxis da sala de aula. Para Cavalleiro (2001), a escola em alguns momentos é negligente quando a prática do racismo é denunciada pelo aluno que sofre tal violação. Isso se dá pela ausência de sensibilidade com a questão e pela falta de formação sobre o assunto.

No chão da escola se dá os passos em direção das transformações, no entanto os agentes da transformação devem estar preparados para o objetivo. A ausência de debates sobre questões relacionadas a violência racial e atitudes discriminatórias, contribuem para a continuidade da falta de identidade racial no âmbito escolar (CAVALLEIRO, 2001).

PROFESSORES E AS FERRAMENTAS PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor deve evitar limitar a manifestação espontânea da criança por mor meio de [...] carteiras fixas e submetido à ciência materialista e mecanizada. A criança na pré-escola e na primeira infância aprende por meio da observação, pelo tocar, pegar, manipular, na experimentação. Nesta busca do conhecimento, pode se brincar estabelecendo um espaço oportunizando a magia pelos contos e recontos, onde a imaginação pode ser desenvolvida (SILVA; LIMA, 2020).

Este contexto é mundo ideal para trabalhar a educação antirracista, por meio do diálogo, por ser a educação infantil o lugar do afeto, aberto, democrático, onde organizar a escola é mais leve e mais agradável (COSTA, 2019). Trazemos a percepção de que o componente afetivo tem como característica a compaixão, a inclusão a solidariedade que contribuem para a promoção do bem-estar social, tornando-se espelho para a reprodução das mesmas ações.

Reforçar para a criança o poder que tem de transmitir felicidade ao ser uma pessoa gentil conservando atitudes generosas, conforme sua natureza. Quando o adulto em sua rotina diária reproduz atitudes positivas, e na escola os professores no convívio adulto/adulto ou adulto/criança, automaticamente está servindo de

modelo de repetição para a criança. O estimo para emprestar e/ou compartilhar brinquedo, criará nas crianças generosidade, promovendo o convívio harmônico.

Despertar a atenção da criança em relação às emoções de outras pessoas é compromisso do professor que deseja formar pessoas mais humanas, e como já salientado, pode ser nos acontecimentos do dia a dia que permeiam a rotina dos alunos, como: “disputas de brinquedos”, “desentendimentos”, “acidentes no parque”, “empurrões no lanche”, “organização da classe”, “cooperação na manutenção da limpeza da escola”, entre outros (CORRÊA, 2022, p. 19).

A empatia não está contemplada no currículo escolar, no entanto, pode ser exercida na prática escolar como parte do currículo oculto. Chamamos de currículo oculto aquelas atitudes e comportamentos não convencionados que são prática comum exercendo influência no fazer educacional de alunos e professores, esse currículo representa vida, na vida dos alunos que aprendem diariamente em meio às práticas, atitudes, comportamentos, gestos e percepções que vigoram no meio social e escolar (SANTOS; CASALI, 2009).

Maciel (2021, p. 10) entende que os currículos precisam contemplar aspectos que promova e crie experiências nas aprendizagens, entendendo a infância como fase terreno propício para interações e brincadeiras. O trabalho pedagógico na educação infantil sempre foi desafiador, e tratar temas sensíveis como a questão racial não era situação-problema, pois a estruturação educacional seguia o padrão eurocêntrico, diferente do momento atual, trabalhar a inclusão tem sido encarado pelos professores, como um grande desafio, por isso, é preciso repensar situações de aprendizagem que estimulem a criação, a autonomia, a participação nas decisões do grupo, enfim, entre outras tantas possibilidades (MACIEL, 2021, 36).

A primeira infância por natureza um terreno fértil para a criação de um ambiente para a inclusão, a, empatia criando um futuro sem o racismo, e a discriminação de qualquer forma. Costa (2022, p.16) compreende que a criança, desde a concepção até os seis anos, é maleável na adaptação ao meio e necessita de atenção para sua formação, em relação ao crescimento, precisando para isso de alimentação e ambiente saudáveis, estímulo cognitivo, afetivo e social. Enquanto que Shudo (2022), entende o processo da aprendizagem da educação infantil pelo fato de envolvimento da brincadeira, por desafiar o professor a encontrar no lúdico, ferramentas que contribua para a educação e aprendizado das crianças.

Ao brincar, as crianças exploram, perguntam e refletem sobre as formas culturais nas quais vivem e sobre a realidade circundante, desenvolvendo-se psicologicamente e socialmente. O brincar é, pois, uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento e a educação das crianças pequenas. No ato de brincar ocorrem trocas, as crianças convivem com suas diferenças, dá-se o desenvolvimento da imaginação e da linguagem, da compreensão e da apropriação de conhecimentos e sentimentos, do exercício da iniciativa e da decisão (SHUDO, 2022, p. 12).

Gonçalves (2022) corrobora com estas ideias por entender que brincando as crianças aprendem seguir regras, entender as coisas do ponto de vista dos outros, ter comportamentos socialmente aceitáveis, levando em consideração os outros, e resolvendo conflitos de forma independente.

Quando as crianças estão brincando, muitas vezes precisam enfrentar desafios e resolver problemas ao longo do caminho. Os problemas podem vir na forma de um conflito com um amigo, uma torre de blocos que não para de cair ou uma cor de tinta que está faltando e que precisa ser misturada. Seja qual for o desafio, brincar fornece uma maneira de encontrar soluções de uma forma divertida e de praticar essa importante habilidade da vida (GONÇALVES, 2022, p.3b).

Na pré-escola e na educação infantil então, a ludicidade contribuição na formação e o desenvolvimento da criança, formando lenta, e progressivamente conceitos significativos na direção da educação antirracista. E nesse estágio da educação as crianças já vivenciam o racismo, por conta da reprodução familiar, dos próprios professores, e da rede social, as crianças não entendem o fenômeno, porém, a vivenciam no cotidiano. A Educação Infantil é um espaço rico em estímulos e conhecimentos e o professor deve compreender como ambiente imprescindível a educação antirracista, contribuindo na formação e o desenvolvimento humano da criança. Aproveitando de forma positiva o componente afetivo que é caracterizado por uma predisposição para experimentar qualidades positivas inerentes ao ser humano e promover o conceito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe democracia plena, e muito menos justiça social se não houver equidade de tratamento, e a escola é o espaço social onde se pode educar para a cidadania, e é o professor que cumpre este papel social de educador. Acreditamos que o currículo, História e a cultura afro-brasileira pensado pelo legislador, com objetivo de promover a igualdade racial, reconhecendo a importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira para redução das desigualdades, uma conquista histórica, do movimento negro. O currículo da Lei 10639/03 instituiu o ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira, conteúdo que inclui uma ferramenta para contribuir para uma escola antirracista.

A Resolução Nº 01/2004, no Artigo 1º, prescreve a obrigatoriedade de conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da Educação Brasileira, na Educação Básica, sobretudo no Ensino Fundamental, este nível constitui o alicerce estruturante do processo de formação dos estudantes nas perspectivas cognitivas, afetivas e atitudinais. A educação infantil não conta com ferramentas legais para trabalhar conteúdos étnico-raciais, para trabalhar a discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros.

Os professores demonstraram, perceber a existência do racismo, e alguma forma de exclusão e a discriminação, porém, as ações disponíveis, e utilizadas, parecem ser insuficientes, não eficazes para inibir ou prevenir a violência racial. Para a educação antirracista os professores são atores imprescindíveis suas percepções e competências são a potência capaz de tirar o Brasil dessa triste realidade de casos de racismos diários. Tanto professores da educação infantil como dos ensinos fundamental e médio procuram dentro de suas possibilidades trabalhar para a superação da violência na escola como um todo e o combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- BONILHA, T. P. SOLIGO, Â. F. **A Exclusão Do Aluno Negro No Sistema Educacional Brasileiro: Uma Discussão A Respeito Do 'Não-Lugar'**. Faculdade de Educação da Unicamp, Brasil, 2015.
- BOURDIEU, P. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. *Estudos avançados*, v. 27, p. 133-144, 2013.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Abolição da Escravidão e Dia da Consciência Negra**. Série Caderno do Mundo n.8. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. **O Ministério Público E A Igualdade Étnico-Racial Na Educação. Contribuições Para A Implementação Da Ldb Alterada Pela Lei 10.639/2003**. São Paulo, SP, 2015.
- CAVALLEIRO, E. **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

- CORRÊA, L. C. **COGNIÇÃO E EMOÇÃO: A EMPATIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EMANCIPADORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** Bauru/SP 2022.
- COSTA, D. R. S. **Ser Negro no Brasil é F*Da: do contexto histórico brasileiro aos anúncios da revista trip**. 2016. 124 v. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- COSTA, M. T. A. **A Potência da Infância e a Criança como Protagonista**. 1ª Edição. Curitiba, PR: Faculdade UNINA. 2022.
- COSTA, P. S. **A Arte como Expressão da Criança na Abordagem de Reggio Emilia de Educação da Infância**. Sorocaba, SP, 2019.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Formações nacionais de classe e raça**. Centro Universitário Maria Antonia (Ceuma-usp), São Paulo, SP, 2016.
- GONÇALVES, I. B. **O brincar, a estética e a criatividade na infância**. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2022.a
- GONÇALVES, I. B. **A educação infantil como um lugar de aprendizagem e desenvolvimento**. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2022.b
- LIMA, A, M. et al. **Educação Antirracista: Reflexões Sobre Preconceito E Discriminação Racial Na Educação Infantil**. Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, BA, 2021.
- MACIEL, R. A. **As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular: Propostas e Avanços para a Educação Infantil**. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2021.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIRANDA, M. **Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- MOREIRA, A. J. at al. **Manual de educação jurídica antirracista: Direito, justiça e transformação social**. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- MUNANGA, K. **A Difícil Tarefa de Definir Quem é Negro no Brasil Entrevista de Kabengele Munanga**. 2004.
- NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 211-220, 2019.
- PRIOTTO, E. M. T. P. Violência escolar: um problema social, real e emergente. **Tempo da Ciência**, v. 19, n. 38, p. 121-144, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9692>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- PRIOTTO, E. P. BONETI, L. W.. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.
- REIS, E. A. REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002
- SANTOS, A. R. J. CASALI, A. M. D. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 12(2): 207-231, 2009.
- SANTOS, R. A. **[In] Visibilidade Negra: Representação Social De Professores Acerca das Relações Raciais no Currículo Escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua**. Belém, PA, 2009.
- SEVERO, J. **A Naturalização Das Desigualdades e o Racismo Estrutural: Dos Direitos Formais Ao Genocídio Informal Da População Negra E As Políticas Públicas De Enfrentamento**. Santa Cruz do Sul, RS, 2019.
- SESC | Serviço Social do Comércio. **Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro, RJ, 2019.
- SILVA, G. P. **Desenho de pesquisa**. Enap. Brasília, DF, 2018.
- SILVA, M. V. C. LIMA, S. C. F. **JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Scientia Generalis, v. 1, n. 3, p. 72-83. 2020.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. SIM, **Nós Somos Racistas: Estudo Psicossocial Da Branquitude Paulistana**. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.
- SHUDO, R. E. **As abordagens do brincar na Educação Infantil: a pedagogia do brincar**. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2022.

VILHENA, Junia. **Das Cores E Seus Discursos: Sobre A Violência Do Racismo**, 2006.

SOUZA, M. R. BRESSANIN, J. A. Quem é pardo no Brasil? Uma análise dos sentidos de pardo nos modos de definir cor ou raça. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2019.

TOZONI, M. F. C. **Metodologia da Pesquisa**. IESDE Brasil: Curitiba, PR, 2009.

